



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10171 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

OLHARES PARA GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DE SERGIPE

Tássia Alexandre Teixeira Bertoldo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Livia de Rezende Cardoso - UFS - Universidade Federal de Sergipe

OLHARES PARA GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DE SERGIPE

Resumo: Diante do cenário em que temos vivido, silenciamentos culturais, falácias sobre “ideologias de gênero”, produção de currículos por competências e políticas públicas de formação docente sendo ignoradas e/ou atreladas à racionalidade neoliberal, este artigo propõe-se a analisar como a diversidade, mais especificamente no que tange a gênero e sexualidade, está proposta no Currículo de Sergipe. Tal documento vem sendo construído, e já aprovado para alguns níveis de ensino, a partir do que foi estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 em meio a pressões fundamentalistas que retiraram o termo gênero do texto final. Sergipe foi um entre os poucos estados que mantiveram gênero e sexualidade explicitamente no currículo, para além dos termos genéricos como direitos humanos e diversidade cultural. Porém, argumentamos nas análises que esse currículo mantém uma concepção de diversidade que pouco avança nas questões da diferença e com foco apenas em certos componentes curriculares. Acerca dos saberes biológicos, encontramos uma noção de gênero e sexualidade binária e nos moldes biopolíticos que se restringem à reprodução humana.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Currículo; Diversidade.

Para começar

Em nossas pesquisas sobre currículos e atuações como educadoras, dialogamos com o campo multicultural que busca evidenciar os processos de sujeição, dominação e resistência em culturas específicas. Inspiramo-nos, para isso, em estudos foucaultianos, feministas e teorizações queer. Nesse sentido, operamos com o conceito de diversidade, sobretudo de gênero e sexualidade, a partir de uma perspectiva pós-moderna. Entendemos gênero e sexualidades como uma espécie de maquinaria, apoiada em diferentes discursos que circulam culturalmente, que criam sujeitos específicos de uma sociedade (LAURETIS, 1994). Nosso objetivo é, mais especificamente, analisar como a diversidade de gênero e sexualidade é proposta no Currículo de Sergipe, documento construído a partir da formulação da BNCC (2017).

Para tanto, trazemos um breve contexto histórico da produção do Currículo de Sergipe de um modo geral para os diferentes níveis de ensino. Em seguida, apresentamos análises empreendidas a partir dos textos introdutórios do currículo e dos componentes curriculares, além dos objetos de conhecimento e habilidades. Por fim, tecemos algumas argumentações a partir dos estudos empreendidos acerca desse currículo e suas implicações na produção de

subjetividades.

Da BNCC ao Currículo Sergipano: condições de possibilidades

Nos últimos anos movimentos conservadores promoveram um pânico moral por defenderem uma suposta “ideologia de gênero” afirmando que a mesma fere a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a constituição da família (JUNQUEIRA, 2018). Discussões como essas influenciaram diretamente na composição das Políticas Públicas Educacionais atuais e nos respectivos documentos oficiais, entre eles no Currículo Sergipano que analisamos. Em meados de 2017, o MEC entregou a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional da Educação (CNE).

A BNCC, no entanto, chegou aos conselheiros com alterações, dentre elas foram retirados os termos “gênero” e “orientação sexual” de trechos específicos. A versão anterior a esta, por sua vez, estabelecia como um dos objetos de conhecimento “[...] corpo, gênero e sexualidade nas tradições religiosas” e definia que as escolas deveriam “[...] discutir as distintas concepções de gênero e sexualidade segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida” (BRASIL, 2016, p. 29). Após discussões entre 22 conselheiros, 19 votaram pela retirada das temáticas. Assim, deixaram de compor os objetos de conhecimento do documento final sendo incluído o eixo “princípios e valores éticos”, que tem como umas das habilidades “[...] reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana” (BRASIL, 2016, p. 459).

Importante destacar que para analisar políticas da educação é preciso compreender, como apontado por Cardoso *et al.* (2019), sua importância dentro do projeto social de Estado que está sendo implementado, pois as alterações no currículo oficial nacional ao longo das três últimas décadas expressaram os conflitos na arena política. Enquanto evocavam por uma formação democrática, também carregaram a regulamentação de propósitos educacionais que atendessem ao mercado privado e aos parâmetros internacionais de eficiência travestidos em competências e habilidades. Foi nesse cenário e contexto que ocorreu a aprovação do Currículo de Sergipe o qual nos propomos a analisar neste trabalho.

Após a homologação das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, a BNCC tornou-se o documento normativo que se autodefine como “o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 5). Em 2018, em todos os estados brasileiros, deu-se início a reelaboração das Diretrizes Curriculares Estaduais. Não diferente disso, nosso estado iniciou a formulação do chamado Currículo Sergipano. Após as fases denominadas de Consultas Públicas e Seminários “Dia D”, em dezembro de 2018 o Currículo de Sergipe é homologado. Neste mesmo período a BNCC para o Ensino Médio é homologada e em 2019, iniciou-se processo de elaboração de uma proposta para o currículo de cada estado e em 2020, etapas semelhantes às do ensino fundamental ocorreram. Porém, o documento aguarda aprovação do Conselho Estadual de Educação para homologação.

Diversidade no Currículo Sergipano

A diversidade nas políticas educacionais acabou por ser entendida como uma forma

de governo exercido pela política pública no campo da cultura, como estratégia de apaziguamento das desigualdades e de esvaziamento do campo da diferença, considerando que a diferença teria como função borrar identidades e quebrar hegemonias (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013). Assim, corroborando Silva (2010), uma perspectiva que se limite a afirmar a existência da diversidade não pode servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença. Pois nesse sentido, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição, no caso de tolerância ou respeito.

O Currículo de Sergipe garantiu a inclusão das temáticas de diversidade de gênero e sexualidade, porém pautado na perspectiva de reconhecimento, naturalização e apaziguamento. Esse currículo afirma ter como base oito princípios norteadores, sendo eles: Colaboração, Respeito à diferença, Criticidade, Inclusão, Equidade, Autonomia, Sustentabilidade e Criatividade. Sobre Respeito à diferença, é dito: “Saber lutar, combater a discriminação e o preconceito que afetam a autoestima do estudante, isso se reflete no aprendizado e pode ser uma das causas da desistência do aluno. É uma atitude que precisa ser encampada pela coletividade, não é uma responsabilidade só de quem é discriminado, a escola precisa ser o espaço que proporcione a reflexão e mudança de postura” (p. 11). O princípio Inclusão seria: “Participar da garantia do direito de todos à educação. Concretiza-se na igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos” (p. 11).

Silva (2000, p. 99) chama atenção para pensarmos diversidade e diferença como uma estratégia que compreenda e assuma o fato de a diversidade não conseguir “fornecer os instrumentos” que questionem a destinação das pessoas em determinados grupos, fixando-as “em determinadas identidades culturais e que as separam por meio da diferença cultural”. Antes de apontar o respeito e a tolerância é preciso deixar claro como a diferença é produzida e para isso é preciso uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença que tenha “a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença” (SILVA, 2000, p. 99), como o Currículo de Sergipe aponta ao conceituar os princípios dois e quatro.

Na Introdução do documento é possível observar a tentativa de reduzir as possibilidades de discussões apenas à condição de respeito e tolerância, quando se parecia reconhecer a existência de normas de comportamento. Além disso, joga para a individualidade de cada um as “travessias subjetivas” e enfoca no “risco a dignidade” a chance de gerar um certo silenciamento por medo da indignação ou desrespeito a alguém. Cardoso (2012) chama atenção para o fato de essas formas acabarem disfarçando que os currículos já são produzidos por discursos generificados e heteronormativos.

Em uma busca geral pelo termo “gênero” no documento, evidenciamos que discussões em torno das construções de gênero, sexualidade e diversidade não são exclusividades, portanto, das ciências naturais ou dos saberes biológicos. Há um avanço, sobretudo na área de Humanidades, em apontar questões como a história de movimentos sociais, a luta do feminismo, embates culturais entre gêneros, a ausência ou presença das mulheres na política e na história. Essas discussões em disciplinas específicas sinalizam uma atualização dos

conteúdos a partir do que vem sendo recomendado por pesquisas feministas sobre a produção dos conhecimentos pelas ciências (MATOS, 2008).

Desse modo, as pesquisas sinalizam que o conhecimento científico produzido em torno da Biologia é atravessado por normalizações culturais. Assim, argumentamos que, mesmo que não listem conteúdos explícitos de gênero e sexualidade humana, ainda assim, os currículos de ciências e biologia estão enredados em relações de poder, são permeados de endereçamentos, engendram formas específicas de viver gêneros, corpos e sexualidades. Furtar-se de problematizar como esse conhecimento é produzido, como um campo específico de inteligibilidade é solicitado para falar sobre os corpos, como apenas algumas narrativas são autorizadas, é compor um currículo normativo.

Apesar de permanecer a abordagem higienista acerca da sexualidade que historicamente acompanha as disciplinas ciências e biologia, o currículo estudado abriu possibilidade para aspectos culturais dessa dimensão: transformações na puberdade, o reconhecimento da diversidade de gênero e sexual e, implicitamente, prevenção de abusos. O que não fica claro é o peso do determinismo biológico e engendramento de gênero nessa abordagem quando se discute hormônios, sistema nervoso e sentimentos, contracepção e relações sexuais. Essa preocupação justifica-se no fato de, na educação, os corpos serem convencidos a ganhar contornos de prescrição e homogeneização, anormalizando-se tantos outros modos possíveis, barrando movimentos e trânsitos (VASCONCELOS, CARDOSO, FÉLIX, 2018). Nesse sentido, o currículo tem se tornado “um espaço que busca, o tempo todo, produzir corpos que pesam e que importam”, que materializem as normas (PARAÍSO, 2016, p. 210).

A Considerar

Com as análises empreendidas acerca da diversidade no Currículo Sergipano, argumentamos que o documento, produzido a partir da BNCC, mantém uma concepção de diversidade que pouco avança nas questões da diferença e com foco apenas em certas disciplinas. Nesse sentido, destacamos as humanidades como aquelas que apresentam conteúdos que se propõem mais efetivamente desconstruir práticas normalizadoras. Em relação aos saberes biológicos, considerando que estudos indicam um atravessamento normativo no conhecimento científico, ainda argumentamos que há um engendramento de formas específicas de viver gêneros, corpos e sexualidades. As narrativas autorizadas a compor esse currículo, por vezes, restringem-se ao higienismo e à reprodução humana. A análise de políticas públicas de educação e o contexto no qual elas são produzidas revelam um árduo processo de negociação entre o Estado e movimentos sociais que pressionam por novas políticas públicas, pela ocupação de espaços na administração pública e pelo reconhecimento de novas formas de desigualdade.

Referências

BRASIL. Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 7, p. 1-20, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de

Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Segunda versão revista. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2016.

BRASIL. MEC. SEB. 2017. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CARDOSO, Livia de Rezende; GUARANY, Ann Letícia Aragão; UNGER, Lynna Gabriella Silva; PIRES, Manuella de Aragão. Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito às invenções. **Revista e-curriculum**, v. 17, n. 4., 2019.

CARDOSO, Livia de Rezende. **Produção de corpos e tecnologia de hibridização no currículo experimental**. Anais da 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Porto de Galinhas. Porto de Galinhas: ANPED, 2012. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT12%20Trabalhos2203_int.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia e Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B. H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

PARAISO, Marlucy. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VASCONCELOS, Michele Freitas Faria; CARDOSO, Livia de Rezende; FELIX, Jeane. Por uma educação obscena a desfocar corpos de hipómulheres. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-20, 2018.